

The Role Of Agriculture In The Brazilian Economy - Exploratory Study

Adelcio Machado Santos¹

RESUMO

Ao avaliar o desenvolvimento do conceito de agronegócio, fica claro que ambos os conceitos o antigo agronegócio e o recente incluem os mesmos aspectos em termos de produção, processamento, armazenamento e distribuição de produtos agrícolas. No entanto, o novo conceito de agronegócio agrega um aspecto pecuário. Moderno, eficiente e competitivo, o agronegócio brasileiro é uma atividade próspera, segura e rentável. Com um clima diversificado, chuvas regulares, abundância de energia solar e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil tem 388 milhões de hectares terras aráveis férteis e altamente produtivas, das quais 90 milhões ainda não foram explorados.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura; economia; Brasil

Date of Submission: 28-05-2023

Date of Acceptance: 08-06-2023

I. Introdução

Vários fatores fazem do território brasileiro espaço com potencialidade para a agricultura e pecuária todos os negócios relacionados às suas cadeias produtivas. Agronegócio é o principal hoje o motor da economia brasileira e representa um dos três reais gerados no país. Também é responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% do total das exportações e 37% dos empregos brasileiros (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2006). O forte dinamismo do agronegócio no país foi um dos aspectos mais importantes nossa economia nos últimos anos. É importante lembrar que nos primeiros anos dessa novidade milênio, o setor teve desempenho ainda melhor do que na década de 1990. Desde 2000 até 2004, o setor cresceu em média 4,64% a.a., enquanto o crescimento econômico O brasileiro ficou com 2,66%. Assim, uma comparação do crescimento entre os setores mostra que o setor a agricultura superou a indústria e os serviços no país.

O setor já obteve um crescimento sustentável em termos financeiros ao longo dos anos. Por isso, é considerado o setor mais importante da nossa economia. Os excelentes resultados resumem sua relevância para o bolso das pessoas e para todos os veios ligados a ele.

No entanto, o agronegócio já enfrentou muitos obstáculos em sua trajetória de crescimento. Alguns de caráter externo a ele, como distorções macroeconômicas provocadas pela inflação e por problemas cambiais, e outros de caráter interno, como desenvolvimento de certas tecnologias e identificação de áreas propícias para o cultivo de determinadas culturas. Dessa forma, podemos perceber o grau de relevância do agronegócio brasileiro para nossa economia no que se trata de proporcionar crescimento e aquecimento da mesma.

II. Metodologia

A pesquisa apresentada é de natureza exploratória quanto aos meios e pode ser classificado como bibliográficos em termos de propósito. Com isso, tentou-se resolver principais revistas e grandes sites relacionados ao agronegócio brasileiro obter informações confiáveis e atualizadas sobre o assunto em questão. Para obter revistas atualizados, pesquisadores visitaram a biblioteca da superintendência federal agricultura, pecuária e abastecimento da Paraíba graças ao seu extenso acervo associado tema resolvido. O acesso à Internet foi utilizado no que diz respeito ao "site" (e suas informações). mundo da informática (internet).

1 Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do conhecimento (UFSC). Docente e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale Rio do Peixe (Uniarp). <https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>
E-mail: adelciomachado@gmail.com

III. Resultados

O papel do Agronegócio na economia brasileira

Os resultados da pesquisa bibliográfica indicaram que o agronegócio brasileiro tem dado uma demonstração de vigor e competitividade sem precedentes em toda a história, elevando o saldo da balança comercial de US\$ 15 bilhões, em 1995, para u\$ 34 bilhões, em 2004. Hoje o Brasil exporta mais de 150 itens, embora mais de 50% do valor exportado esteja concentrado em soja, carnes, açúcar, café, laranja e tabaco.

A explicação identificada para esse desempenho do comércio externo do agronegócio está no ganho de competitividade das commodities brasileiras, em boa medida decorrente de melhores condições de qualidade e preço em relação aos concorrentes.

De um lado, há de se destacar a observância de normas de qualidade e sanidade dos nossos produtos com a ação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na inspeção e fiscalização dos itens exportados; de outro, a competência e compromisso dos exportadores em atender às exigências do mercado internacional. Por sua vez, a capacidade em ofertar preços competitivos decorre, em grande parte, do esforço de pesquisa e desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Malgrado o crescimento do agronegócio no Brasil, foi observada a necessidade de uma evolução no setor devido a manutenção de barreiras tarifárias e não tarifárias, além de subsídios à produção e exportação ainda impostos pelos países desenvolvidos.

É notório que os resultados obtidos nessa área são, no mínimo, modestos, uma vez que o agronegócio brasileiro ainda se depara com uma verdadeira muralha protecionista, principalmente em mercados de países desenvolvidos, o que representa uma séria restrição ao seu crescimento. Concluiu-se que o agribusiness é um dos principais empregadores da economia brasileira, além de ser responsável por uma fatia considerável do PIB.

Dentre os principais produtos do agronegócio brasileiro estão: soja, milho, arroz, trigo, feijão, algodão e sorgo. O Brasil é atualmente um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários. É o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, álcool e sucos de frutas.

As projeções indicam que o país também será, em pouco tempo, o principal polo mundial de produção de algodão e biocombustíveis, feitos a partir de cana-de-açúcar e óleos vegetais. Milho, arroz, frutas frescas, cacau, castanhas, nozes, além de suínos e pescados, são destaques no agronegócio brasileiro, que emprega atualmente 17,7 milhões de trabalhadores somente no campo (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2006). Visando analisar o posicionamento das regiões em relação ao crescimento do setor no país, buscou-se a verificação dos principais produtos utilizados por cada região, de modo a se fazer uma distinção entre regiões exportadoras e produtos exportados. De acordo com a figura apresentada a seguir, a região Sul foi responsável por quase a metade (41, 5%) das exportações do agronegócio em 2003.

O Sudeste foi a segunda maior região exportadora, com 33,2% do total. A região Centro-oeste respondeu por 11,62%, mantendo a terceira posição, assumida desde 2000 como resultado do amplo crescimento das exportações de soja e de carnes, o que reflete o dinamismo exportador dos estados de Mato Grosso e Goiás. O Nordeste apresentou-se como o quarto maior exportador, com 9%. A região Norte posicionou-se em quinto lugar, com 2,97 % das exportações do agronegócio.

É importante enfatizar que os 1,76% restantes para completar os 100% do total de exportações desse setor, refere-se às operações especiais ocorridas neste ano. Constatou-se que as exportações têm se diversificado não apenas em termos de produtos, mas também de mercados de destino.

O número de destinos aumentou de 162 países em 1990, para 209 em 2003. Ao longo da década de 90, a distribuição geográfica apresentou modificações com a crescente importância de novos mercados da Ásia, Oriente Médio, Europa Oriental e África, reduzindo as participações da União Europeia e, em menor medida, do Nafta.

A economia do Brasil passou por reformas radicais que propiciaram um clima mais estável para investimentos e estimularam o crescimento da agricultura nos últimos anos. O Estado adotou uma ampla série de reformas, as quais incluíram estabilização macroeconômica, reformas estruturais e liberalização comercial. A estabilização macroeconômica foi alcançada na metade dos anos noventa quando, após vários planos de estabilização malsucedidos, o Plano Real viabilizou o controle orçamentário para o controle da inflação. Reformas estruturais incluíram a privatização de empresas estatais, a desregulamentação dos mercados domésticos e o estabelecimento de uma união aduaneira, o Mercosul, com outros países da América do Sul. As mudanças na política incluíram profundos cortes tarifários e a eliminação de barreiras não-tarifárias. A economia brasileira encontra-se hoje muito mais sólida do que há dez anos atrás.

No entanto, ainda se apresenta vulnerável a choques externos, como ficou comprovado pelo contágio da crise asiática de 2001 e pelos efeitos de um mercado sensível à corrida presidencial de 2002.

Conceitos Básicos do Agronegócio.

Para Lourenço (2008), o conceito de agronegócio implica na ideia de cadeia produtiva, com seus elos entrelaçados e sua interdependência. Em termos literários, o dicionário de língua portuguesa (2016) define

agronegócio como processos ou operações relacionadas à agricultura e a pecuária, desde a elaboração de seus produtos até a comercialização deles.

John Davis e Ray Goldberg, pesquisadores da Universidade de Harvard, enunciaram no ano de 1957, que o conceito de agribusiness (ou agronegócio em português), é a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, armazenamento, processamento e fornecimento dos produtos rurais e itens produzidos a partir deles.

Davis e Goldberg (1957) consideram as atividades agrícolas como fazendo parte de uma extensa rede de agentes econômicos que vão desde a produção de insumos, transformação industrial até armazenagem e abastecimento de produtos derivados. A luz de Morvan, Y. (1988), o agronegócio vem evoluindo tanto na sua definição como na forma de ser estudado, em vista que se tornou algo maior e de impacto realmente relevante na economia.

Ainda conforme o autor, o entendimento do termo criado “Agribusiness” se trata de “cadeia de produção”, cujo suas definições são elas a saber: 1) uma sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de ser separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico; 2) é também um grupo de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre todos os estados de transição, um fluxo de troca, entre os fornecedores e clientes; 3) um conjunto de ações econômicas que presidem a valoração dos meios de produção e asseguram a articulação das negociações.

Após a compreensão de cadeia produtiva, pode-se entender melhor a cadeia de produção agroindustrial. Desta forma, os autores Batalha e Silva (2010) afirmam que cadeia produtiva agroindustrial, podem ser divididas em três micros segmentos, que são eles a saber: a) Comercialização, que representa as empresas que estão em contato com o cliente final da cadeia de produção e que viabilizam o consumo e o comércio dos produtos finais (supermercados, mercearias, restaurantes, cantinas, etc.). Podem ser incluídas nestes micros segmentos, as empresas responsáveis somente pela logística de distribuição; b) Industrialização, que representa as firmas responsáveis pela transformação das matérias-primas em produtos finais destinados ao consumo.

O consumidor pode ser uma unidade familiar ou agroindústria; c) Produção de matérias-primas, que reúne as firmas fornecedoras no processo de confecção final (agricultura, pecuária, pesca, piscicultura, etc.). A partir de todo um embasamento conceitual em torno de cadeia produtiva e produção agroindustrial, foi que o termo agribusiness se espalhou, sendo adotado pelas diversas nações.

No Brasil, essa nova visão de agricultura se iniciou na década de 80, quando começou a haver difusão do termo, ainda em inglês. Entretanto, houve discussões sobre a tradução literal para o português, chamado muitas vezes de agronegócios, complexo agroindustrial, cadeias (agro, econômicas) ou sistema agroindustrial.

Foi somente na segunda metade da década de 90, que a palavra agronegócio começou a ser validado nos livros-textos e jornais, culminando com a criação dos cursos superiores de agronegócio, ao nível de graduação universitária (BATALHA E SILVA, 2010).

Destarte, o agronegócio no Brasil, acaba criando externalidades positivas, tais como: empregos, exportações (cujo saldo comercial é muitas vezes superavitário na balança). A Ecoagro (2014), complementa, que cerca de 30% das terras brasileiras são utilizadas para agropecuária e 61% do território ainda é coberto por matas originais, o que acaba gerando um custo de oportunidade para o país, pela não utilização.

Todavia, Renai (2007) aborda que depois de reconhecer os benefícios da transformação de uma sociedade agrária para uma industrial-urbana, não se pode esquecer que esta tem capacidade limitada de absorver mão-de-obra.

Mormente em regiões menos desenvolvidas, os setores da agricultura, da agroindustrialização e de áreas correlatas serão importantes para o crescimento da renda e do emprego, afirma o autor. Um dos grandes problemas sociais do campo decorre dos efeitos da tendência ao declínio dos preços agrícolas, à medida que surgem e são aplicadas novas tecnologias que barateiam o custo de produção.

É preciso enfatizar que o problema não decorre do avanço tecnológico, mas de alguns de seus efeitos sobre as populações tradicionais. O desenvolvimento de novas tecnologias é algo fortemente desejável, haja vista que barateia os alimentos e com isso propicia melhores condições de vida nas cidades.

O problema surge quando coexistem, no campo, as grandes empresas agrícolas, capazes de absorver rapidamente as novas tecnológicas, e as pequenas unidades familiares de produção (CALLADO, 2011, p. 65). Para ilustrar melhor a afirmação citada acima, o gráfico abaixo demonstra que há uma expansão da curva de demanda por alimentos, decorrente do crescimento populacional e da elevação da renda.

Callado (2011, pág. 67) expõe seu ponto de vista, afirmando que: “o aumento da oferta em decorrência do progresso tecnológico acontece um passo bem mais acelerado, pois a ampliação da produtividade é maior que o avanço da renda e da (população) somados”.

De acordo com tal linha de raciocínio de Callado (2011) o resultado destas dinâmicas desiguais é um ponto de equilíbrio de mercado situado a preços mais baixos que antes. Ainda segundo o autor, uma vez que as populações tradicionais não incorporam as novas tecnologias, a redução do preço de seus produtos significará uma retração em sua renda, que na maioria das vezes já é baixa e com este advento se torna ainda menor.

Ao analisar o gráfico, percebe-se que há ainda um segundo efeito que acaba acentuando este fenômeno, pois como as curvas de oferta (S) e de demanda (D), são muito inclinadas no setor agrícola, e a queda de preços é maior que em outros setores, os movimentos de S e D, ocasionam grandes oscilações de preços.

Finalizando este entendimento, Callado (2011, p. 67) afirma “a queda de preços força a saída de firmas no mercado, mormente aquelas que não conseguem incorporar as novas tecnologias, isto é, os pequenos agricultores familiares, o que acaba reforçando a pobreza e a migração para as cidades”. Neves (2015, p. 3), elucida que mesmo com os gargalos mencionados acima, o agronegócio é muito importante para os brasileiros, e que este setor tem procurado melhorar a vida das famílias ao longo dos anos.

O autor questiona “dá para imaginar o que seria da vida dos brasileiros sem a abundância que brota dos campos agrícolas?” O mesmo responde, dizendo que “haveria menos emprego, visto que todo o agronegócio é responsável por cerca de 37% dos postos de trabalho no país”.

Conjugando com as teses dos autores acima, ressalta-se que, a última pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as famílias brasileiras gastavam 33,9% de seu orçamento com alimentação em meados da década de 70, porcentagem esta, que caiu para 19,8% em 2009 (IBGE 2010).

O desempenho do PIB do Brasil nos anos de 2011 a 2016, terá como base as informações divulgadas no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desde o ano de 1990, o cálculo e a divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro são elaborados pelo IBGE que é um órgão Federal subordinado ao Ministério do Planejamento.

Contudo, anterior a isso, era de competência da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mensurar o indicador.

Dando continuidade à descrição sobre os resultados do PIB, pertinentes aos anos já mencionados (2011 a 2016), cabe primeiramente, descrever os dados relacionados ao ano de 2011. Conforme o IBGE, o PIB brasileiro de 2011 cresceu 2,7% em relação ao ano anterior. Segundo a análise realizada pelo IBGE, a economia brasileira obteve um baixo desempenho se comparado ao crescimento de 7,5% de 2010.

Todavia, o saldo brasileiro foi acima da média mundial, que sofreu com os efeitos da crise econômica ocorrida na Europa e nos Estados Unidos. Já no que se refere aos valores correntes, o PIB brasileiro atingiu R\$ 4,143 trilhões (US\$ 2,267 trilhões). O PIB per capita em 2011 ficou em R\$ 21.252,00 (IBGE, 2013).

No que tange ao ano de 2012, este teve um aumento apenas de 0,9%. Conforme as informações do IBGE, o resultado foi decepcionante diante da expectativa de o governo brasileiro obter um PIB melhor em 2012. Já o ano de 2013, foi um pouco mais favorável do que o ano anterior. De acordo os dados do IBGE, a economia brasileira cresceu 2,3% em relação ao ano anterior. Os valores correntes apontam que o PIB brasileiro atingiu a marca de R\$ 4,84 trilhões. Já o PIB per capita de 2013 ficou em R\$ 24.065, uma alta de 1,4% em relação a 2012 (IBGE,2013).

Em 2014 o PIB brasileiro fechou o ano com alta de 0,1%. Se configurando em um péssimo resultado para a economia desde a —queda de 0,2% registrada em 2009, no ápice da crise econômica mundial. Segundo dados do IBGE, a soma de todos os bens e serviços produzidos pelo país em 2014 aumentou para —R\$ 5,521 trilhões. O PIB per capita ficou em R\$ 27.229, porém houve uma queda de 0,7% (em volume) em relação a 2013. Os dados do PIB divulgados pelo IBGE referente ao ano de 2015, mostra que a economia brasileira encolheu 3,8% na comparação com 2014.

A partir destes resultados, observa-se que essa é a maior queda desde que a atual pesquisa do IBGE começou a ser realizada, em 1996. O desempenho ruim da economia brasileira tomou impulso em 2016 e de acordo o IBGE, a retração foi de 3,6% em relação ao ano anterior. Verificou-se que em 2015, a economia já havia recuado 3,8%. Essa sequência, de dois anos seguidos de baixa, só foi vista no Brasil nos anos de 1930 e 1931, quando os recuos foram de 2,1% e 3,3%, respectivamente (IBGE,2016).

Ainda no que se refere ao ano de 2016, ressalta-se que em valores correntes, o Produto Interno Bruto Brasileiro chegou a R\$ 6,266 trilhões, e o PIB per capita ficou em R\$ 30.407, ou seja, houve uma redução de 4,4% comparado a 2015.

De acordo com Bonelli e Bacha (2013) pode-se dividir a trajetória de crescimento da economia brasileira após a Segunda Guerra Mundial entre antes e depois de 1980. Para os autores houve um colapso do crescimento do PIB, na década de 80, desde então, o país não se recuperou (mesmo após a

estabilização em 1994). Na mesma linha de raciocínio, Balassiano (2016) apud Matos (2016) afirmam que a economia brasileira teve baixo crescimento, devido aos anos 80, que manteve o Brasil na armadilha da renda média desde então.

À luz de Bonelli (2013) se os anos de 1981–92 já Bonelli (2013) apud Balassiano (2016) abordam que, o governo do presidente Lula (2003-06 e 2007-10) optou no primeiro mandato por manter inalterado o regime de política econômica herdada do seu antecessor, sendo beneficiado pela bonança internacional causada pelo aumento dos preços das commodities exportadas pelo Brasil. Cury e Cavallini (2016) afirmam que a crise econômica mundial teve início em 2008 e culminou com a quebra do banco Lehman Brothers nos EUA.

No Brasil, o governo apostou na redução do esforço fiscal e no aumento dos gastos públicos como medida de estímulo. Logo, o crescimento durante a era Lula foi baseado no excesso de liquidez internacional e na elevação no preço das commodities, sendo elas produtos agrícolas e minerais. (CURY E CAVALLINI, 2016). Para Ghani (2017) após a crise internacional, o governo, Dilma não pôde mais contar com o apoio externo.

Ainda para o autor sem as mudanças estruturais necessárias, o Brasil ficou em 2016 mais vulnerável. Já para Botelho (2014) a crise econômica mundial em 2008, teve um impacto negativo no crescimento do país, porém, o efeito foi sentido apenas em 2009. Botelho (2014) observa que a falta de competitividade é um problema do Brasil e não do mundo, pois foram os problemas domésticos que geraram a desaceleração do país.

Em face disso, percebe-se que a perda de ritmo da economia diante dos infortúnios internacionais, fez com que o governo brasileiro passasse a adotar uma política anticíclica, que segundo Cury e Cavallini (2016) consistia em aumentar os gastos para impulsionar a economia.

Na avaliação de Ribeiro (2014) as políticas macro e microeconômica pós-crise geraram desequilíbrios que acabaram por derrubar a taxa de crescimento, resultando em menor produção e investimento. Em relação à perda da reputação Cury e Cavallini (2016) afirmam que o mercado vem perdendo confiança e, com isso, os investimentos são afetados.

À luz do magistério de Ghani (2017), o mercado aceita correr riscos, todavia não gosta de mudanças nas regras do jogo. Segundo o autor a quebra de contrato com as empresas de energia, aliada às interferências no setor de transporte sinalizam para o mercado um ambiente ruim para negócios, pois para essas áreas da economia, a alta interferência governamental ocasiona a fuga dos investimentos.

Constata-se, que são várias as dificuldades enfrentadas pelo Brasil em relação a estes anos. Para Buccelli (2015) o crescimento da economia brasileira depende de investimento em infraestrutura e não em política que estimule o consumo das famílias. Ainda para o autor, enquanto não houver uma política industrial que deslanche o investimento privado, e recupere a confiança empresarial, o PIB deverá ter fôlego curto.

Este estudo de caso se respaldará no Relatório PIB Agro –Brasil, que é resultante da parceria entre o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da Esalq/USP, e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). De acordo o estudo proposto, o cálculo do PIB do agronegócio é feito pela ótica do valor adicionado, a preços de mercado, computando-se os impostos indiretos líquidos de subsídios.

A quantificação dessa medida reflete a evolução do setor em termos da renda real, a qual se destina à remuneração dos fatores de produção: trabalho (salários e equivalentes), capital físico (juros e depreciação), terra (aluguel e juros) e lucros.

Considera-se, por conseguinte, no orçamento do PIB do agronegócio, o crescimento tanto do volume produzido, como dos preços, e a inflação descontada. De acordo a CEPEA (2017) o agronegócio é entendido como a soma de quatro segmentos: (a) insumos para a agropecuária, (b) produção agropecuária básica ou, como também é chamada, primária ou “dentro da porteira”, (c) agroindústria (processamento) e (d) serviços. A análise desse conjunto de segmentos é feita para o setor agrícola (vegetal) e para o pecuário (animal). Ao serem somados, com as devidas ponderações, obtém-se a análise do agronegócio. É muito importante destacar que este relatório considera os dados disponíveis —preços observados e estimativas anuais de produção—até o seu fechamento (CEPEA, 2017).

De acordo Fachinello (2014) et.al., pelo critério metodológico do Cepea, o PIB do agronegócio é medido pela renda gerada em todas as atividades que se relacionam com a agropecuária.

No que diz respeito a tabela 1, a CEPEA (2017) explica que a desagregação é feita em dois ramos: agricultura e pecuária. Porém, para essa desagregação ponderam-se os valores de produção e de insumos pela participação de cada valor de produção e de consumo intermediário total, de acordo com os dados do Censo Agropecuário.

No segmento de Insumos do agronegócio, a CEPEA-USP E CNA afirmam que são computadas parcelas do valor adicionado a preços de mercado de todos os setores(da matriz) fornecedores de insumos para a agricultura ou para a pecuária.

Segundo o Centro, essas parcelas são definidas em função da importância da agricultura ou pecuária como comprador (usuário) de cada setor incluído no segmento de insumos. A Tabela1, demonstra as parcelas de produção das principais atividades da agropecuária, para o ano de 2011 a 2016. Onde as parcelas da produção vendidas para as atividades primárias foram multiplicadas pela renda gerada em cada setor, formando-se, assim, a participação de cada fornecedor de insumos para a atividade agrícola ou pecuária.

Em relação à produção agropecuária básica, observa-se na tabela 1 que os valores adicionados a preços de mercados da agropecuária (agricultura e pecuária) de 2011 a 2016, “dentro da porteira”, são considerados integralmente nesse segmento. De acordo a CEPEA (2017) no cálculo do PIB da agropecuária entram, separadamente, os PIBs da agricultura (agric) e da pecuária (pec).

IV. Considerações finais

O agronegócio no Brasil vem introduzindo progresso técnico no setor agrícola nas últimas décadas, estimulado pela combinação de insumos químicos como fertilizantes, nutrientes e defensivos (resultado do melhoramento genético de plantas e animais). Assim, as transformações pelas quais passa a sociedade aprofundam a correlação da agricultura com as funções de insumos, equipamentos e máquinas agrícolas, processamento e transformação, distribuição e consumo.

Destarte, nasce o conceito de agronegócio. perspectiva para o agronegócio, dadas suas características e heterogeneidade, tanto em termos de solo quanto de clima, com áreas agricultáveis altamente férteis e ainda pouco exploradas. Bacha (2004) discute que, com o aumento da demografia mundial e sua conseqüente demanda por alimentos, prevê-se que o Brasil se torne um líder mundial no fornecimento de alimentos e commodities relacionadas ao agronegócio, consolide sua economia e capitalize seu crescimento.

A pergunta que norteia esta tese é se o agronegócio brasileiro contribui significativamente para o crescimento econômico do país, chegamos ao final deste estudo com a resposta: Sim, contribui significativamente, porquanto se constata que o agronegócio se reveste de extrema importância para o progresso econômico do Brasil.

A “performance” do supra aludido segmento no comércio exterior brasileiro proporciona ambiente promissor, a partir de sua relevante participação na pauta exportadora brasileira impulsionada pela demanda mundial por “commodities” agrícolas.

Referências

- [1]. ABIEC, Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne(2017). Disponível em:
- [2]. http://www.newsprime.com.br/img/upload2/2016FolderPerfil_PT.pdfAcesso em: 22 de dezembro de 2017.AGROSTAT, Estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento(2017). Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>. Acesso em: 25 de dezembro de 2017.ANDRADE, M.(2010)Introdução à Metodologia do Trabalho Científico.10ª ed. São Paulo: Editora Atlas.
- [3]. BACHA, C. J. C.(2004)Economia e Política Agrícola no Brasil-São Paulo: Atlas.
- [4]. BALASSIANO, M(2016).Desempenho da economia brasileira entre 1980 e 2016:Uma análise da desaceleração brasileira pós 2010. São Paulo, 2016.
- [5]. BATALHA, O; SILVA, A.(2010)Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições especificidades e correntes metodológicas. São Paulo, 2010.
- [6]. Bonelli, R. e Bacha, E. (2013). “Crescimento Brasileiro Revisitado”, em Desenvolvimento Econômico —Uma Perspectiva Brasileira. Editado por F. Veloso, P. C. Ferreira, F. Giambiagi e S. Pessoa. Ed. Campus, Rio de Janeiro.
- [7]. BOTELHO, V.(2013).Conjuntura externa do Brasil de 2011 a 2014. São Paulo, 2014, p. 6.
- [8]. BUCELLI, R.(2015).Gastos públicos no Brasil de 2011 a2015. São Paulo.
- [9]. CALLADO, A.A.C. (2011.)Agronegócio.3ª ed. São Paulo: Editora Atlas. p. 65-67
- [10]. .CEPEA, Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, (2016). Disponível em [https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Relatorio%20PIBAGRO%20](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Relatorio%20PIBAGRO%20Brasil_DEZEMBRO.pdf)
- [11]. Brasil_DEZEMBRO.pdf. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.
- [12]. CURY, A; CAVALLINI, M.(2016).Conheça cinco causas do “fôlego curto” da economia brasileira. G1 São Paulo. DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R.A.(1957).A concept of agribusiness. Division of Research. Graduae School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.
- [13]. ECOAGRO GROUP.(2017)Disponível em:<<http://www.ecoagro.agr.br/agronegocio-brasil/>> Acesso em: 07 de março de 2017.
- [14]. EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária(2017). A agricultura Brasileira. Disponível em: <https://www.embrapa.br/grandes-contribuicoes-para-a-agricultura-brasileira>. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.
- [15]. FACHINELLO, A; SILVA, A; BARROS, G.(2014).PIB DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO. São Paulo.
- [16]. FAOSTAT, Food and Agriculture Organization of the United Nations(2016). Os 10 maiores países produtores agropecuários do mundo.
- [17]. FEIJO, C.A; LAMONICA, M.T.(2007).Crescimento e Industrialização no Brasil: As lições das Leis de Kaldor. Recife. Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Economia (ANPEC). 2007, p. 2.

- [18]. O Agronegócio no Brasil: Uma análise sobre a relevância do agronegócio para o cenário econômico do país (2011 a 2016) Jorge Luiz Pinheiro Júnior, Lorenna Grazielle Bispo. Revista de Administração de Roraima-UFRR, Boa Vista, Vol. 9n. 2,p.265-287, jul-dez. 2019286
- [19]. GHANI, A.(2017).PIB faz “voo de galinha”, sem manter mesmo ritmo ao longo de anos. São Paulo.
- [20]. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística(2017).Disponível em www.ibge.gov.brcesso em 16 de novembro de 2017.
- [21]. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.(2016).Análise de dados do PIB de 2011 a 2016.
- [22]. LOURENÇO, J; LIMA, C.(2008).Evolução do agronegócio brasileiro, desafios e perspectivas. São Paulo.
- [23]. MORVAN, Y.(1988).Fondements d'économie industrielle. Paris: Econômica.
- [24]. NEVES, M.(2015).Importância do Agronegócio no Brasil: Reflexos e Reflexões. São Paulo, p.3.
- [25]. ONU E FAO.(2015)10 Coisas que você precisa saber sobre a agricultura brasileira 2016.Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2015/03/10-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-agricultura-brasileira.html>. Acesso: 24 de dezembro de 2017.
- [26]. PROCREARE.(2017).Pecuária no Brasil. Disponível em: <http://procreare.com.br/pecuaria-no-brasil/>. Acesso em 22 de dezembro de 2017.
- [27]. RENAI.(2007).A Rede Nacional de Informações sobre o Investimento.
- [28]. O Setor de Agronegócio no Brasil: Histórico e Evolução do Agronegócio Brasileiro. São Paulo, 2007, p.2.
- [29]. REVISTA SAFRA. TARDIOLI, F.(2017).Os desafios do agronegócio em 2017. Disponível em: <http://revistasafra.com.br/os-desafios-do-agronegocio-em-2017/>. Acesso em: 07 de junho de 2017.
- [30]. RIBEIRO, A.(2014).Gastos públicos do Brasil de 2011 a 2014. São Paulo
- [31]. SOARES, C; CAVALCANTI, P.(2015).O PIB e seus determinantes: Uma análise econométrica para o Brasil. São Paulo.